

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**MÔNICA PEREIRA MÜZEL DE PAIVA**

**EDUCAÇÃO: ESTREITANDO OS LAÇOS ENTRE A ESCOLA, A  
FAMÍLIA E A COMUNIDADE.**

**SÃO PAULO**

**2014**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**MÔNICA PEREIRA MÜZEL DE PAIVA**

**EDUCAÇÃO: ESTREITANDO OS LAÇOS ENTRE A ESCOLA, A  
FAMÍLIA E A COMUNIDADE.**

**Trabalho de Conclusão de Curso** apresentado ao curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito para obtenção do diploma de pedagogo.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marisa Del Cioppo Elias

SÃO PAULO

2014

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**MÔNICA PEREIRA MÜZEL DE PAIVA**

**EDUCAÇÃO: ESTREITANDO OS LAÇOS ENTRE A ESCOLA, A  
FAMÍLIA E A COMUNIDADE.**

São Paulo, 31 de outubro de 2014.

Banca Examinadora

Professora Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marisa Del Cioppo Elias \_\_\_\_\_

1º Examinador: Prof. Dr. \_\_\_\_\_

2º Examinador: Prof. Dr. \_\_\_\_\_

## *Dedicatória*

*Dedico esse trabalho a todos aqueles que acreditam na possibilidade de mudanças, no diálogo, na convivência, no compartilhamento e, principalmente, na realização constante. A realização do trabalho conjunto que supera e que enfrenta, que inova e se renova, que alimenta e fortalece, que guia e orienta.*

*Esse trabalho é apenas um grão de areia em meio às dunas que ainda precisam ser exploradas, em meio às escolas que precisam ser revistas, em meio às famílias que precisam ser assistidas e em meio às comunidades que precisam ser entrelaçadas entre todos os anteriores através da educação.*

*Dedico, também, àqueles que acreditam no outro e que veem neles a si próprios; pois é no outro que fazemos a leitura de nós mesmos e de nosso mundo. Àqueles que observam atentos para conhecer, para compreender, para transformar, para construir e se comprometer em cumplicidade. Afinal a cada olhar que permitimos aos nossos olhos fazemos novas descobertas e nos surpreendemos, como uma criança que se encanta, com o que somos capazes de perceber na profundidade de cada ser.*

*Que esse trabalho, que representa tão pouco diante de tanta coragem e força daqueles que ousaram e ainda ousam, possa despertar, aos olhos atentos que por aqui passar a mesma ousadia e a mesma vontade profunda e feliz de transformar e unir a todos através da Educação e fomentar, ao mesmo tempo, a marcha crescente de uma população carente dessa atenção e desse olhar amoroso, independente de classe social, raça, credo ou condição.*

*Àqueles que, por amor ao que fazem e por acreditarem na educação, realizam a sua nobre tarefa junto ao ser humano no anonimato aos olhos do homem, mas bem aventurados diante de Deus.*

## *Agradecimentos*

*Meu enorme agradecimento a todos que, de alguma forma, contribuíram com esse trabalho.*

*Agradeço com profundo amor ao meu esposo, sempre companheiro, ouvindo e auxiliando em todos os momentos. Aos meus amados filhos que, desde sempre, foram meus provocadores.*

*Agradeço a meus pais, sempre incentivadores e fortalecedores dos meus desejos e do que sou hoje. Aos meus irmãos que me estimularam e me motivaram sempre. À minha irmã Graziela que, há vinte anos, sempre repetia “você tinha que fazer Pedagogia”. Aos meus sobrinhos que foram escola para mim.*

*Aos meus companheiros de trabalho que me oportunizaram momentos de conversas e trocas em torno da educação. A Cida que foi a primeira a me apresentar a educação escolar sob a perspectiva democrática e participativa com o envolvimento da comunidade e da família. Uma perspectiva que eu já acreditava, mas não entendia, ainda, como alcançá-la.*

*Aos professores todos que, sem exceção, me proporcionaram uma visão mais crítica da educação e, principalmente, me uma revisão de mim mesma.*

*Agradeço, imensamente, a minha orientadora Prof<sup>ta</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marisa Del Cioppo Elias que, com seu jeito meigo e amoroso, foi me traçando caminhos, cultivando desejos e alimentando meus sonhos.*

*Agradeço às minhas amigas do curso que foram minhas professoras também. Cada uma delas, ao seu jeito, me ensinou a observar mais, compreender mais e a querer mais, me propiciaram momentos muito felizes.*

*Acima de tudo agradeço a Deus por todas as oportunidades da vida e por sua bondade infinita que é bálsamo e luz em minha jornada evolutiva.*

*Obrigada hoje e sempre!*

*Crescer, portanto, significa ir se localizando com lucidez, no tempo e nas circunstâncias em que se vive, para chegar a ser verdadeiramente homem, isto é: indivíduo capaz de criar e transformar a realidade, em comunhão com seus semelhantes.*

*Maria Teresa Nidelcoff*

PAIVA, Mônica Pereira Müzel. **Educação: estreitando os laços entre a escola, a família e a comunidade**. 2014. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

## Resumo

Este trabalho é uma reflexão sobre a importância e a necessidade de um estreitamento das relações entre escola, família e comunidade através da educação na formação do sujeito e cidadão. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de abordagem teórica com o objetivo de possibilitar algumas considerações sobre a importância da aproximação da escola, da família e da comunidade num compromisso não só de formação educativa, mas de participação, responsabilidade e cooperação na constituição social da criança, do jovem e do adulto. Tem também o intuito, mais específico, de refletir sobre as dificuldades de aproximação destes segmentos, pensar as possibilidades de superação dessas dificuldades e conhecer experiências que deram certo e que podem contribuir com inovações para uma educação democrática e libertadora. O primeiro capítulo é uma breve visita aos conceitos de família, de escola, de comunidade e de cidadão, além de sucintas considerações acerca da importância desses segmentos na formação do ser humano. O segundo capítulo reforça a relevância dessas instituições para o indivíduo de forma presente na legislação nacional. O terceiro capítulo traz a parceria democrática dessa tríade na construção do cidadão para uma sociedade mais justa, solidária, fraterna e participativa, garantindo um comprometimento compartilhado com a educação e determinando uma responsabilidade mútua com a criança, o jovem e o adulto. O quarto capítulo apresenta algumas experiências de trabalho articulado e democrático que deram certo e continuam se construindo à medida que a sociedade muda, que a família muda e que muda também as formas e os instrumentos de aprender e ensinar. Se a escola tem a função social de formar sujeitos históricos, ela precisa ser um espaço que ofereça condições propícias que possibilitem a construção e a socialização do conhecimento que é produzido e que não acontece apenas no espaço escolar, mas em todos os ambientes que se permite viver; pois o conhecimento também se realiza e se desenvolve nas relações estabelecidas entre os diferentes espaços sociais. A pesquisa mostrou que, concretizar a aproximação da escola com a comunidade e a família é uma experiência difícil, com muitas desigualdades e que ainda está longe de ser alçada pela maioria das escolas. Além disso, as experiências positivas apresentadas no trabalho são muito isoladas e percorreram um longo caminho que ainda está sendo construído coletivamente. Não há uma direção certa. A única certeza é de que há a necessidade de inovar e de transgredir, rompendo as amarras que ainda prendem a educação a um sistema inoperante e cada vez mais impraticável.

**Palavras-chave:** educação, gestão, família, escola, comunidade.

PAIVA, Mônica Pereira Müzel. **Education: strengthening the links between school, family and community**. 2014. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

## **Abstract**

This study is a reflection on the importance and the need of closer ties between the school, the family, and the community in educating and training citizens and subjects. This is a qualitative research based on a theoretical approach with the goal of providing some thoughts on the importance of bringing together the school, the family, and the community, through a commitment which involves not only educating and training, but also participation, shared-responsibility, and cooperation in the social role of children, youngsters, and adults. More specifically, this study also has the aim, to reflect on the difficulties of approaching these segments, to think about the possibilities of overcoming these difficulties, and to learn from experiences that have worked and innovations that can contribute to a democratic and liberating education. The first chapter is a brief visit to the concepts of family, school, community and citizen, as well as providing initial remarks about the importance of these segments in educating human beings. The second chapter reinforces the importance of these institutions as enshrined in Brazilian law. The third chapter brings the democratic partnership of this triad in raising a citizen for a fairer, more sympathetic, brotherly and participatory society, ensuring a shared commitment to education and determining a mutual responsibility among children, youngster, and adults. The fourth chapter presents some democratic work experiences that have worked and are continuing to be built up while society changes, the family changes and the forms and instruments of learning and teaching also change. If the school has a social function to form historical subjects, it needs to be a space that offers favorable conditions to enable the construction and socialization of the knowledge that is produced, and this does not happen only at school but in every other environment one lives in; because knowledge also takes place and is developed through the relationships that exist across different social spaces. This study showed that bringing together the school, the family and the community is a difficult experience which presents a lot of inequalities and it hasn't been reached by many schools yet. Besides, the positive experiences presented in this study are few, it has taken a long time and they are still being collectively built. There is no straight forward way. The only certainty which one can be sure of is about the need to innovate and break rules, setting oneself free from all the things which still bind education to an inoperative and a more and more impractical system.

**Keywords:** education, management, family, school, community.

## Sumário

Introdução.....	10
1 Revendo conceitos.....	12
1.1 O que é família?.....	12
1.2 O que é escola?.....	14
1.3 O que é comunidade?.....	16
1.4 E o que é ser cidadão? .....	18
2 Responsabilidade e legislação.....	21
3 Uma relação parceira e democrática .....	26
4 E assim deu certo.....	39
Considerações Finais.....	55
Referências .....	59

## Introdução

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/96), a educação deve ser compartilhada entre a escola, a família e a comunidade, numa co-responsabilização da formação do ser humano. Esta lei prediz a garantia da educação “como direito de todos e dever da família e do Estado”. Nesse sentido está implícito uma relação que não é possível vislumbrar, a não ser pela obrigatoriedade das famílias em matricular seus filhos em uma escola e esta, por sua vez, em recebê-los para o cumprimento da lei. Atualmente podemos averiguar nos noticiários condições de violência entre alunos e até mesmo professores, má formação básica das crianças e jovens, desvalorização profissional dos educadores, sobrecarga de trabalho, superlotação das salas de aula, despreparo dos profissionais, falta de recursos materiais e estruturais da escola, entre outros. Diante de tantas dificuldades devemos questionar: Qual deve ser o papel da família e da comunidade perante a escola e os educandos que vivem uma situação emergencial? Como uma relação mais estreita entre esses três segmentos pode contribuir para melhorar as condições de ensino e de aprendizagem? Como essa relação pode ser estabelecida?

Essas são questões iniciais para refletir e analisar a situação difícil que a educação vive nos dias de hoje. Se em anos passados havia situações precárias, por que, atualmente, diante do advento da tecnologia e da internet não se consegue atingir uma formação efetiva e significativa para os alunos? Diversos estudos demonstram que a presença da família, como instituição inserida de forma participativa e ativa na comunidade para o desenvolvimento do aluno, contribui para uma ação efetiva da escola.

Quando se pensa em uma sociedade melhor, se pensa, em um primeiro momento, na educação. Pensa-se em uma maneira de educar o sujeito para a construção de um futuro melhor. Um sujeito mais justo, tolerante, honesto, solidário, fraterno, responsável, companheiro, que saiba compartilhar, dividir. Um indivíduo crítico, que luta pelos seus ideais e pelos ideais da coletividade. Educar

esse sujeito é pensar de onde ele vem, quais são seus anseios, o que ele possui, para onde ele quer seguir. Sendo assim, se faz necessário conhecer suas origens, que é a sua *família* e o seu entorno, que é a *comunidade*. É de fundamental importância o estabelecimento dessa relação para o desenvolvimento e fortalecimento do aprendizado que não acontece separadamente, mas que se completa e se confunde numa construção nova de conhecimento, mais enriquecida e mais significativa.

Nesse sentido o objetivo desse trabalho é possibilitar uma reflexão sobre a importância da aproximação da escola, da família e da comunidade num compromisso não só de formação educativa, mas de participação, responsabilidade e cooperação na constituição social da criança, do jovem e do adulto. Tem também o intuito, mais específico, de ponderar sobre as dificuldades de aproximação destes segmentos, pensar as possibilidades de superação dessas dificuldades e conhecer experiências que deram certo e que podem contribuir com inovações para uma educação democrática e libertadora.

Esta reflexão traz, no primeiro capítulo, um entendimento sobre os conceitos de família, escola, comunidade e cidadão a fim de colocar em discussão o papel de cada um e sua responsabilidade na edificação do ser humano. O segundo capítulo traz à tona os direitos estabelecidos pela legislação que enfatiza os compromissos que escola, família e sociedade têm com a criança, o jovem e o adulto. O terceiro capítulo está direcionado às questões de gestão e como ela deve participar nessa relação, promovendo uma parceria democrática e consciente a fim de criar espaços coletivos de discussões que motivem ainda mais o envolvimento da família e da comunidade na escola e assim superar os obstáculos dessa fragmentação. No capítulo quatro serão apresentadas algumas parcerias que deram certo e que trazem contribuições para não parar de sonhar e acreditar que é possível ter uma educação de qualidade quando esta é focada no aluno e em seu crescimento individual e social, formando o ser humano na vida e para a vida, conseqüentemente formando também para o trabalho, para a convivência e para a sociedade.

## 1 Revendo conceitos

Atualmente, por diversas vezes podemos ouvir em reportagens televisivas e ler em jornais, em entrevistas, em redes sociais e discussões nos meios educacionais, comentários a cerca da família, da escola e da comunidade. Ouvimos falar também da importância de ser cidadão e participar da sociedade para a construção de um mundo melhor. Mas o que se entende sobre família, escola, comunidade ou ainda, ser cidadão?

### 1.1 O que é família?

A *família* é a primeira instituição habitada pelo indivíduo e nela acontecem as primeiras descobertas e relações interpessoais, de afeto e de aprendizado. Nossas primeiras experiências dos sentidos se dão no ambiente familiar. É nela também que vivemos nossos primeiros sentimentos, primeiras emoções. A nossa postura diante do mundo parte desta primeira relação estabelecida nesse ambiente. A família não é apenas uma instituição constituída por relações de parentesco ou afetividade; é também o espaço em que deve existir harmonia, segurança, confiança, conforto, bem-estar, carinho e, sobretudo, amor que contribuam para o bom desenvolvimento físico, emocional e psíquico do indivíduo.

De acordo com o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), família é

1 Grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (esp. o pai, a mãe e os filhos) 2 Grupo de pessoas que têm uma ancestralidade comum ou que provêm de um mesmo tronco 3 Pessoas ligadas entre si pelo casamento e filiação, ou, excepcionalmente, pela adoção [...] unidas por mesmas convicções ou interesses ou que provêm de um mesmo lugar.

Historicamente o homem, como ser social, busca viver em comunidade, pois necessita do compartilhamento e da troca para viver e foi assim que começou a formação da família. De acordo com Lewis Henry Morgan (apud CASTRO. 2005,

p. 45) “as principais instituições da humanidade tiveram origem na selvageria, foram desenvolvidas na barbárie e estão amadurecendo na civilização”. A família é uma dessas instituições, passou por sucessivas mudanças e “criou grandes sistemas de consanguinidade e afinidade que duram até os dias de hoje” (Id, p. 45). O autor também registrou o avanço da família da consanguinidade para a monogamia, destacando a relação dessas mudanças com a ideia de propriedade.

Segundo LOUZADA (2011, p. 11) desde a Antiguidade, por volta de 1.700 anos a.C., com o Código de Hammurabi, na Babilônia (atual Iraque), o sistema familiar passou a ser entendido como lei patriarcal, monogâmico e válido somente mediante contrato. Havia a possibilidade de casamentos entre diferentes camadas sociais e a herança dos filhos nascidos deste relacionamento era regulada por este código. Já era admitido o divórcio se um dos cônjuges tivesse maus procedimentos e no caso da mulher isso só seria permitido se ela tivesse conduta íntegra. Mesmo assim, em casos de adultérios, os dois deveriam pagar com a vida.

Ainda de acordo com LOUZADA (Id, p. 12), os romanos aplicavam a palavra família às coisas, como o patrimônio, e às pessoas referindo-se ao parentesco, que podia ter sentido jurídico e significava estar sob o poder de um mesmo pater famílias e ser transmitido somente pela linha paterna. Com a evolução do direito romano e contraposições que ocorriam entre esses dois parentescos o princípio da consanguinidade prevaleceu juridicamente.

A autora destaca a importante relevância da Igreja na Idade Média e a consagração do casamento como sagrado e não mais como contrato, pois com o declínio do poder real, devido ao feudalismo, a Igreja aumenta seu poder e assume todos os assuntos relativos ao casamento, legitimação dos filhos, divórcio, etc., além de condicionar o sexo ao casamento com a finalidade de procriar.

A família foi se modificando à medida que a sociedade foi se transformando, em contrapartida à medida que a sociedade muda a família também muda e nos dias atuais podemos ver outras formas de constituição familiar que devem ser

compreendidas e respeitadas. Conforme LOUZADA (Id, p. 15) “a família é muito mais que um casamento estabelecido entre um homem e uma mulher. Família é comunhão de afetos, troca de amparo e responsabilidade”.

No Brasil, de acordo com a Constituição de 1824, a formação de uma família passou a ser entendida como união apenas religiosa, devido ao caráter moral assumido pela Igreja; ao casamento civil indissolúvel a partir de 1891, não alterando o conceito de família fora dessa união, apesar de existirem uniões estáveis fora desse contrato de união. Somente com a Constituição Federal de 1988 é que passam a serem reconhecidas legalmente outras espécies de famílias que não especificamente a união civil, ampliando o conceito de família e tendo como princípio as relações afetivas, ou seja, a afetividade.

A importância da família está na satisfação de se sentir amado, protegido, de pertencer a um grupo que aceita o sujeito como ele é; sem enfeites ou disfarces, sem receios ou melindres. As cobranças e os desentendimentos não apagam o sentimento de amor, não afastam os entes queridos, mas os aproxima pelas preocupações, pela necessidade de maior atenção e cuidado, pelos laços que se fortalecem a cada dia na convivência cotidiana. É nessa relação familiar que se forma a base para o estabelecimento das relações externas a ela. Assim como as bases de uma fundação determinam a solidez de uma obra, a família é a base da formação do ser humano e de sua evolução na sociedade.

## **1.2 O que é escola?**

O ambiente escolar é a segunda instituição que a criança conhece após a família. É nesse espaço que ela irá aprimorar seus conhecimentos familiares e integrará a eles novos conhecimentos. Como a família, a escola também é construção histórica e passa pelas mesmas transformações, pois a mudança, em qualquer situação, está atrelada a outros fatores como um grande efeito dominó. Segundo o dicionário Michaelis (2009), escola é

1 Casa ou estabelecimento em que se ministra ensino de ciências, letras ou artes. 2 Conjunto dos alunos e professores. 3 Qualquer concepção técnica e estética de arte, seguida por vários artistas. 4 Conjunto dos adeptos ou discípulos de um mestre em filosofia, ciência ou arte. [...].

Anísio Teixeira, em sua obra *Educação no Brasil*, aponta as reformas necessárias vividas pela escola em decorrência do progresso que avançava e traduzia mudanças vitais, exigindo cada vez mais do homem para a vida em sociedade.

[...] Cada escola passa a procurar servir mais diretamente aos seus fins, independente de qualquer preconceito social ou intelectual. Ésse, o sentido da renovação educacional do nosso século.

As escolas passaram a ter dois objetivos: a formação geral e comum de todos os cidadãos e a formação dos quadros de trabalhadores especializados e de especialistas de toda espécie exigidos pela sociedade moderna. (TEIXEIRA. 1969, p. 3)

Sendo assim, a escola é o espaço em que se agrupam pessoas que querem ensinar e pessoas que querem aprender as ciências, letras e artes. Para MENESES (2007, p. 64.), escola é

[...] a agência que a sociedade cria, em determinado momento de seu desenvolvimento, em virtude de sua bagagem cultural imensa e complexa e quando não há mais condições para a família e os diferentes grupos sociais nela existentes ocuparem-se da transmissão de seus valores e conhecimentos. De um modo cada vez mais significativo, a escola [...] passa a assumir a responsabilidade, cada vez maior, de ser, na sociedade, o campo específico da Educação intencional, formal e sistemática. E o *locus* onde vivem crianças, adolescentes e jovens.

A escola, como lugar de vivência, é também um lugar de experiência ou deveria ser. Vivência e experiência intencionam relações; e essas interferem diretamente no aprendizado e no crescimento de cada indivíduo. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 compreende que

[...] a escola, campo específico de educação, não é um elemento estranho à sociedade humana, um elemento separado, mas "uma instituição social", um órgão feliz e vivo, no conjunto das instituições necessárias à vida, o lugar onde vivem a criança, a adolescência e a mocidade, de conformidade com os interesses e as alegrias profundas de sua natureza. A educação, porém, não se faz somente pela escola, cuja ação é favorecida ou contrariada,

ampliada ou reduzida pelo jogo de forças inumeráveis que concorrem ao movimento das sociedades modernas. Numerosas e variadíssimas são, de fato, as influências que formam o homem através da existência. (HISTEDBR. 2006, p. 201)

Portanto a escola é mais que um simples espaço de ensino e aprendizagem; ela integra, acrescenta, enriquece e contribui para a vida, não só do aluno, mas de todos aqueles que passam por ela. Sendo assim,

[...] escola e família não podem estar dissociadas uma da outra, pois são ligadas pelos veios afetivos do educando. Portanto, os processos de aprendizagem não se bastam sem a colaboração de ambas as partes. Não se explicam sem uma compreensão que abarque o sujeito e os seus núcleos de convivência, nos quais, ele conquista sua identidade. A escola e a família garantem a unidade dos seus conjuntos, ao mesmo tempo em que promovem a descoberta da individualidade. A criança percebe-se, ao mesmo tempo, como um ser único e participante de um grupo. Este é o desenvolvimento natural que não deve ser cerceado. (CUNHA, 2013: p. 96).

Se a criança percebe-se individual e coletivamente é imprescindível que se pense na escola e na família como dois âmbitos que se completam e se ajudam mutuamente no seu desenvolvimento. Formação e educação caminham juntas. Enquanto houver essa fragmentação, essa dissociação o aprendiz não alçará o vôo livre e confiante. Ele estará sempre tentando equilibrar-se em apenas uma asa e não sentirá a liberdade e a confiança necessárias ao encantamento esvoaçante. O homem, como ser social, inicia sua formação na família e continua sua construção na escola com o intuito de participar da sua comunidade. No entanto o que é comunidade?

### **1.3 O que é comunidade?**

Ao nascer a criança deve viver em família, cercado de cuidados e atenção, de exemplos que devem ser edificantes e cheios de vibrações amorosas, iniciando em valores que ele levará consigo ao crescer e constituir-se homem/mulher. Em idade escolar, a criança passa a conhecer um novo ambiente. Este ambiente vai

lhes apresentar novas regras, novos conhecimentos e novas formas de aprender e, muitas vezes, não tão amistosas ou amorosas quanto o ambiente familiar, mas é neste ambiente que a criança deverá conhecer o mundo exterior fora da família: a escola.

Entre a família e a escola existe um caminho que já é o mundo. Nesse caminho tem ruas, calçadas, jardins, outras crianças, parques, animais, pessoas estranhas, carros, barulhos, letras por toda parte, mercados, feiras, padarias, entre tantas outras coisas. Isso tudo está integrado na comunidade; é o que está no entorno de onde se vive e que tem suas normatizações, suas estruturas e organizações e deve-se aprender a viver com todas elas.

De acordo com o dicionário Michaelis (2009), comunidade é

1 Qualidade daquilo que é comum; comunhão. 2 Participação em comum; sociedade. 3 Sociol Agremiação de indivíduos que vivem em comum ou têm os mesmos interesses e ideais políticos, religiosos etc. 4 Lugar onde residem esses indivíduos. 5 Comuna. 6 Totalidade dos cidadãos de um país, o Estado.

A palavra “comunidade” vem do latim, associada à ideia de comunhão e compartilhamento. Nesse sentido, para que haja vida na escola e na família é preciso que haja uma articulação entre essas duas instituições e a comunidade.

Segundo SANTIS (2013, p. 04) e os princípios da escola em que a autora foca seus estudos, a instituição escolar deve estar articulada com a comunidade a fim de auxiliar e orientar os cidadãos na conscientização e efetivação dos seus direitos, pois:

[...] tudo passa pela educação: a escola é apenas um dos locais que deve se preocupar com a educação, uma vez que a educação é objeto de todas as instituições, da família ao Estado. A escola tem que ser um centro de liderança na comunidade onde ela está inserida, que atue articuladamente com as lideranças locais já constituídas, ou com aquelas que possam nascer nesse processo de relação escola-comunidade.

Pode-se dizer que comunidade é espaço família e é espaço escola, uma vez que nela se vive, se reside, se experiencia, se relaciona, se comunga e se aprende.

Não é separada dos outros segmentos, pelo contrário, está integrada a eles; assim como os órgãos do corpo se integram para fazê-lo caminhar, respirar, correr, falar, pensar, enfim, torná-lo integral e completo. Portanto, a comunidade é o lugar onde se partilham os costumes, os valores, a língua, a localização geográfica, a visão de mundo, os ideais comuns a todos os seres humanos que vivem em um determinado grupo. Esta vivência ou este compartilhamento leva a outra questão: a cidadania.

#### **1.4 E o que é ser cidadão?**

O ser humano vive entre a família, a escola e a comunidade, sendo assim, ele pertence a grupos sociais, portanto é a possibilidade de fazer parte de um meio e ser reconhecido e se reconhecer como um membro desse meio. Esse pertencimento confere ao ser humano a oportunidade de envolvimento, de intervenção, de ser um agente vivo que se expressa, ouve, opina e transforma. Porém essa participação deve ser autônoma, com a consciência de que cada indivíduo tem sua parcela de responsabilidade e compromisso com o seu meio que pode ser sua casa, seu bairro, sua escola, sua comunidade, sua cidade, seu estado e, por fim, seu país. No entanto participar significa saber agir dentro do que pode e o que não pode ser feito; conhecer o que é de direito e de dever de cada um. Em resumo significa ser cidadão. Mas o que é realmente ser cidadão?

Ultimamente esse termo é muito utilizado, principalmente no que diz respeito à escola, tão citada como o espaço em que se deve acontecer o aprendizado para o exercício da cidadania.

De acordo com PINSKY (2014, p. 09):

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é [...] ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário

justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania é ter direitos civis, políticos e sociais.

Assim como a família e a escola, cidadania também tem conceito histórico, pois varia de acordo com o tempo e o espaço e cada país tem suas regras e sua definição de cidadão. Portanto não é um conceito estático ele se modifica a medida que a sociedade se modifica.

Segundo GADOTTI (2006, p. 68) só há cidadania se houver democracia e atualmente o conceito de cidadania é muito complexo em razão da ampliação dos direitos; pois aos poucos e com muita luta as pessoas foram conquistando novos direitos e continuam lutando por direitos ainda não alcançados, proporcionando uma participação da população na gestão pública através de discussões democráticas. O autor denomina essa mobilização da sociedade como uma concepção plena de cidadania.

Na introdução da obra *História da Cidadania* PINSKY (2014, p. 10) destaca que:

A cidadania instaura-se a partir dos processos de lutas que culminaram na Independência dos Estados Unidos da América do Norte e na Revolução Francesa. Esses dois eventos romperam o princípio de legitimidade que vigia até então, baseado nos deveres dos súditos, e passaram a estrutura-lo a partir dos deveres dos cidadãos. Desse momento em diante todos os tipos de luta foram travados para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania e o mundo ocidental o estendesse para mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias. Nesse sentido pode-se afirmar que [...] cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia.

Em seu discurso *I Have A Dream* (1963) Martin Luther King, Jr diz que aquele não era o momento para descansar no luxo e nem tomar remédios tranquilizantes do gradualismo, ou seja, permanecer num processo lento de transformações, e sim o tempo de realizar as promessas de democracia.

Ainda vivemos o tempo dessa luta, dessa transformação contínua para a conquista de direitos, até o momento não alcançados, e é através do desenvolvimento da consciência crítica para o entendimento da vida em

sociedade e sua ação na realidade que a escola deve contribuir para o despertar da criança, do jovem e do adulto como cidadãos plenos e realizados.

## 2 Responsabilidade e legislação

O objetivo desse capítulo é apenas localizar em algumas legislações brasileiras o estabelecimento do dever e da participação da família e da comunidade, na educação do sujeito, juntamente com o Estado.

O maior interesse é demonstrar que essa participação não é apenas uma falácia, mas uma real necessidade no desenvolvimento de cada pessoa e no reconhecimento de sua própria identidade.

É direito de todo cidadão o acesso à educação, assim como é dever de todo educador acolhê-lo com a consciência do seu papel.

Ter acesso à educação representa ter seu direito fundamental reconhecido que é o da dignidade humana e que o eleva à igualdade de condições. Assegurar às crianças, jovens e adultos uma educação de qualidade, acessível e que permita uma realização plena na formação do indivíduo não é papel apenas da escola; mesmo porque a escola não é o único espaço de vivência e convivência do sujeito. A educação como um direito social vem sendo assegurada pelo Estado através de diversos dispositivos legais.

Dentre eles se destaca a nossa atual Constituição Federal de 1988 que institui em seu Capítulo III, Seção I, no:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A própria constituição compreende a participação da família e da sociedade, junto à escola, na formação do homem. No entanto, já era defendida e discutida na década de 1930 pelos Pioneiros da Escola Nova a participação da família como colaboradora e parceira da escola.

Como o próprio Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova destaca:

[...] o Estado, longe de prescindir da família, deve assentar o trabalho da educação no apoio que ela dá à escola e na colaboração efetiva entre pais e professores, entre os quais, nessa obra profundamente social, tem o dever de restabelecer a confiança e estreitar as relações, associando e pondo a serviço da obra comum essas duas forças sociais - a família e a escola, que operavam de todo indiferentes, senão em direções diversas e às vezes opostas. [...] (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA ESCOLA NOVA – 1932)

Sendo assim, a família, a escola e a sociedade/comunidade não podem operar em desacordo umas com as outras e sim nos moldes da parceria, da comunhão, do complemento; vendo o filho, o aluno e o homem em sua integralidade. O mesmo indivíduo que sai de seu lar para a escola, o trabalho ou o lazer, retorna ao lar o mesmo ser ou, ainda, mais renovado pelos conhecimentos que apreendeu pelo caminho.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, como ideal comum de todos os povos, objetiva a promoção do respeito às ideias, aos valores e aos direitos por meio do ensino e da educação e declara em seu art. 26º que:

1. Toda a pessoa tem direito à educação. [...]
2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos [...]
3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.

No mesmo documento, em seu art. 27º fica declarado que:

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

Esse documento universal não se encerra apenas em direitos, mas reserva em seu art. 29º o dever consagrado a todos, proclamando que:

1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.

Esse dever diz respeito ao direito do sujeito em atingir o seu progresso em diversas dimensões e tornar-se um multiplicador dos seus benefícios em prol de sua comunidade e de sua sociedade.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece em seu art. 1º das diretrizes e bases da educação nacional que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Mais uma vez, em outro documento legal, o qual dá direcionamentos e embasamentos à educação, aponta para um envolvimento mais estreito entre as instituições e ambientes de convívio do ser humano. A compreensão desse envolvimento que influencia sua formação direta e indiretamente vem ocorrendo em um processo lento e que, apesar de estar firmado em lei a sua relevância, ainda não há a conscientização necessária para se desenvolver processos de aproximação. A mesma lei, em seu art. 2º entende a educação como sendo “dever da família e do Estado” e seu objetivo é “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A mesma lei dispõe dos princípios e fins da educação nacional que:

Art. 3. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...] VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX – garantia de padrão de qualidade; [...] XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. [...]

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII – informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for

o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

Não basta que a legislação institua elementos ou concepções que oriente as ações cotidianas; é preciso que cada ator abrace seu compromisso, aproprie-se de sua tarefa, manifeste o seu pensar e revele seu valor. Nessa perspectiva a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ainda define que:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

[...] VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, lei de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu capítulo IV, do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer também dispõe que:

[...] Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Como é possível observar, as disposições legais conferem à escola, à família e à comunidade o suporte necessário à sua participação e articulação no processo evolutivo do ser humano. Nem por isso, não se deve deixar de encarar esse envolvimento como um desafio; um exercício de um novo olhar sobre o que se quer da educação; o que se deseja para um futuro não tão distante.

De acordo com ALBUQUERQUE (2005, p. 57),

Ao dar respaldo à Educação e à gestão democráticas, à autonomia, à participação, à parceria, a legislação, entretanto, representa apenas uma etapa de um processo que, para ocorrer, precisa ser assumido. A construção de uma Educação e de uma gestão democráticas depende do envolvimento de todos. O processo de mudança educacional, para ser verdadeiro e permanente, requer tempo, envolvimento, coesão, organização, criatividade, criticidade, participação e persistência dos educadores.

Portanto, não basta o respaldo legal. É preciso enfrentar-se a si mesmo, rever conceitos, reavaliar atitudes, repensar a educação e romper com atitudes e estruturas que não atendem mais aos clamores dos educandos, que não respondem mais aos seus questionamentos e que precisam passar por reformulações, discussões e novas formações.

Anísio Teixeira já dizia anos atrás,

[...] Não é difícil encontrar-se um relativo consenso de opinião a respeito da gravidade da situação educacional brasileira. A divergência surge na análise das causas dessa situação e na indicação da terapêutica mais aconselhável.

Vamos tentar aqui encarar essa situação de pontos de vista mais recuados ou buscar novos ângulos de apreciação, com o risco de nos repetirmos, mas com a esperança de que novas perspectivas, ou visão mais extensa dos fenômenos, nos desfaçam as divergências e sugiram diretrizes comuns ao nosso esforço de recuperação. (TEIXEIRA. 1969, p. 1)

A situação educacional brasileira, como o próprio autor apresentou, continua carecida de cuidados, ou melhor, encontra-se em estado emergencial; exigindo mudanças urgentes para atender condizente e dignamente suas crianças, seus jovens e adultos.

### 3 Uma relação parceira e democrática

Segundo pesquisas realizadas por CASTRO & REGATTIERI (2009, p.21) à época da proclamação da República em 1889, a escola ganhou grande importância para o progresso da civilização e do país, diante do crescimento e desenvolvimento nacional. O Brasil tinha novas aspirações e entendia que elas estavam nas escolas primárias e nas instruções elementares que somente elas poderiam transmitir, desqualificando as famílias para tal tarefa; pois apenas essas novas instituições eram providas de profissionais capacitados para isso. Como não foi possível verificar as melhorias desejáveis na situação do ensino; pois o analfabetismo ainda atingia altos níveis, e “com a criação das escolas públicas pelo novo regime, começa-se a questionar a capacidade da família para educar os filhos.” (Id, p.21)

Isso demonstra o início do afastamento da família das escolas, apontando para uma incapacidade irreal destinada a ela; afinal o que se estava pensando àquela época era apenas na formação científica do aluno, fragmentando-o da sua integralidade.

Os mesmos autores destacam que ao final da primeira república e durante o governo Vargas há uma retomada do auxílio da família junto à educação escolar quando começa a se destacar as questões dos bons costumes, da higiene e da alimentação, principalmente ao que se refere às camadas mais pobres. Nesse momento, se identifica a mulher “como a grande responsável por garantir a boa ordem no lar e precisa ser reeducada para conhecer e compreender as necessidades infantis”. (Id, p.22)

Nesse contexto escola e família ganham conotações diferentes para a educação, como se cada uma agisse em um campo diferente. No entanto, o campo é o mesmo e esse é a criança, o jovem ou o adulto que não se dividem entre escola e família, apenas compartilham espaços diferentes em que os saberes, sejam eles quais forem e de qualquer dimensão, se trans e interpassam a todo o momento.

É muito comum ouvirmos atualmente que à escola cabe a formação e à família cabe a educação como se em algum desses espaços não acontecessem aprendizagens interdependentes como, por exemplo, os trabalhos de grupo de Ciências ou Geografia. Ao mesmo tempo em que se trabalham os saberes científicos, também se trabalham valores de moral e de conduta e que, tanto professores, quanto pais e familiares têm condições de contribuir de alguma maneira com essa formação; sejam uns com mais propriedade ou menos propriedade que os outros, mas o contributo é conjunto e é real. Assim como os pais, ao falarem de onde nasceram e quais eram seus hábitos e brincadeiras na infância estão falando de Geografia ao mesmo tempo em que falam de valores e cultura.

De acordo com José Herculano Pires (2008, p. 07) “cada indivíduo é único [...] e o tipo psicológico de cada ser humano também é único e irredutível à massa” desde o nascimento. Além disso, de acordo com o mesmo autor, o desenvolvimento do sujeito se dá no crescimento e na relação social e dominar suas variações e orientá-las é difícil para o educador.

Partindo desses princípios é possível perceber a importância da responsabilidade e do compromisso que o educador deve assumir ao receber uma criança, um jovem ou um adulto para guia-lo e orientá-lo, cuidando para não padronizá-lo e não podá-lo do seu despertar para a vida; pois a escola faz parte dessa vida e não está à parte dela.

A educação, como função social, é uma decorrência da vida em comunidade e participa do nível e da qualidade da própria vida em comum. É por este modo que adquirimos a língua, a religião e os nossos hábitos fundamentais. É por este modo que somos brasileiros, que somos de nossa classe, que somos afinal o que somos. A família, a classe, a religião são instituições educativas, transmissoras dos traços fundamentais de nossa cultura, e a elas ainda se juntam a vida social em geral e os grupos de trabalho e de recreio. [...] A escola, [...] longe de poder ser modelada segundo os antigos padrões acadêmicos, deve buscar os seus moldes na própria vida em comunidade, fazendo-se ela própria uma comunidade em miniatura, onde o aluno viva e aprenda as artes e relações da sociedade compósita e difícil de que vai útilmente participar. Para essa nova, ativa, vital e progressiva

educação, somente agora vem o mundo descobrindo e aplicando as suas técnicas e os seus métodos. (TEIXEIRA. 1969, p. 2 e 4)

Sabemos que o envolvimento dos pais na escola e nas atividades escolares dos filhos é fundamental para o bom desenvolvimento cognitivo, afetivo, psicológico e emocional da criança, mas também é muito estimulante e revigorante para os pais; pois à medida que vêm seus filhos crescendo e atuando ativamente de forma autônoma e independente, com confiança e segurança eles também se fortalecem. Mas para que isso aconteça é necessário que o professor também compreenda a importância do seu papel, afinal está em suas mãos dar e retirar o poder dos pais no que diz respeito à sua atuação na escola. Há uma falta de formação dos professores para o diálogo com os pais e estes, mesmo sabendo da importância de sua participação na vida escolar dos seus filhos, se limitam às festividades e às reuniões de pais ou Conselhos Escolares ou, ainda, Associações de Pais e Mestres. Dessa forma o envolvimento é dificultado e muitas vezes se torna constrangedor; pois nas reuniões de pais, por exemplo, ocorrem relatos de indisciplinas e dificuldades de aprendizagem, o que torna a aproximação aborrecedora e indesejável.

A especialista Heloisa Zymanski, professora de Psicologia da Educação da PUC – SP, em entrevista concedida ao site da Gestão Escolar, Editora Abril, fala sobre a relação entre famílias e escolas.

Ela diz que a não participação da família na escolarização dos filhos e, por consequência, resultando em dificuldades escolares é um mito e que pesquisas apontam para o contrário; existem, sim, grandes interesses e valorização por parte da família na participação escolar de seus filhos. O que ocorre é que há algumas barreiras que dificultam essa relação entre família e escola e que muitas vezes a escola não sabe como fazer essa ponte e se aproximar dos pais; assim como há escolas que levantam barreiras muito fortes, não permitindo essa relação ou aproximação necessária ao bom desempenho do aluno. Szymanski enfatiza que o movimento para a aproximação com as famílias deve ser da escola; pois as famílias não conseguem vencer essas barreiras mais fortes e, também, as mais sutis, principalmente as famílias de classes trabalhadoras, as

classes populares. Essa dificuldade se dá porque essas famílias são egressas da escola; porque, também, tem muita timidez; sofreram muitas humilhações, primeiro como alunos e depois como pais.

A professora cita como exemplo e possibilidade de aproximação das famílias a reformulação das reuniões de pais pautada em informações positivas, para falar de seus progressos e propostas de trabalho; nos desejos dos pais em saber o que está acontecendo na escola e não na humilhação pública de receber apenas queixas de indisciplina, de baixo rendimento ou de má educação de seus filhos.

Outras formas de interação apontadas por Szymanski são encontros regulares, festas, a participação no conselho da escola e, principalmente, a representação dos pais no projeto político pedagógico através de uma política de representação por classe; reconhecendo o significado de representar. “O que esperar das famílias e o que as famílias esperam da escola é alguma coisa que tem que ser negociado entre as famílias e a escola.” Nessa fala da professora Heloísa percebe-se a relevância da parceria e do diálogo que se faz extremamente necessário e presente todo o tempo entre essas duas instituições. Ainda para ressaltar essa importância ela acrescenta que “quando a criança percebe que seus pais estão em uma aliança com a escola, ela se sente muito mais protegida”.

Em artigo intitulado “A relação escola-família-comunidade inserida na problemática da formação de professores”, escrito por Maria Adelina Villas-Boas (2009), pesquisadora da Universidade de Lisboa (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – FPCE) são destacados diversos problemas enfrentados pelos professores nessa questão do envolvimento da família e que são comuns em todo o mundo. Dentre os diversos autores citados em seu artigo, ela destaca Coleman e Tabin (1992) que “desenvolveram no Canadá um estudo com o objetivo de tentar identificar atitudes facilitadoras da colaboração que pudesse influenciar positivamente a aprendizagem dos alunos”. Este estudo revelou a necessidade de os professores “permitirem” o envolvimento parental, o que significa considerar alguns passos a serem seguidos como:

- Assumir e compreender que a eficácia da participação dos pais no processo de ensino-aprendizagem depende da iniciativa e convite dos professores;
  - Legitimar a colaboração dos pais lembrando-os de seus direitos e responsabilidades que nem sempre são assumidos;
  - Facilitar a colaboração por meio de encontros que permitam aos pais obter informações sobre o currículo e metodologias que sejam necessários que eles conheçam;
  - Encorajar a colaboração desenvolvendo atividades em que pais e filhos possam participar juntos, assumindo o papel de mediador entre eles;
  - Reconhecer os resultados da colaboração, fornecendo informações adequadas sobre o desempenho dos alunos.
- (VILLAS-BOAS. 2009, p. 3)

Não se pode dizer que a relação família-escola seja tão mágica que, seguindo alguns passos, se torne possível alcançar todos os objetivos e desejos para um bom relacionamento. Pelo contrário, essa aproximação é um processo dialógico longo e de estabelecimento de confiança mútua. Segundo PERRENOUD (2000, p. 111)

Quando os parceiros compreendem que o diálogo não dura, a não ser que cada um entenda o ponto de vista do outro e não exagere em suas expectativas, descobrem que a colaboração é não somente possível, mas fecunda, o que desenvolve a confiança mútua.

O diálogo é o primeiro instrumento de aproximação das famílias às escolas e vice-versa. Estar predisposto e aberto ao diálogo já é indício de que se quer cooperar, e que a capacidade de comunicação está crescendo, mas este não é o único instrumento. É preciso usar dessa ferramenta para informar, envolver e conhecer.

Para PERRENOUD (Id, p. 112) muitos professores temem o diálogo com os pais ou não conseguem fazê-lo de maneira a ser um benefício, acabando por rejeitá-lo ou desprezá-lo, permanecendo num limite muito formal e sem resultados positivos para o desenvolvimento de suas atividades em sala de aula. Por isso ele acredita que:

[...] informar e envolver os pais é [...] uma palavra de ordem e, ao mesmo tempo, uma competência. O referencial [...] adotado retém três componentes dessa competência global: dirigir reuniões de informação e de debates; fazer entrevistas e envolver os pais na construção dos saberes.

O autor alerta para os cuidados que se deve ter ao fazer essas formulações, pois por detrás delas “escondem-se atitudes e valores calcados sobre relações de poder e temores mútuos” (Id, 112). Ao tratar com pais e/ou familiares o professor deve estar atento às suas atitudes, ao seu vocabulário, às suas expressões, até mesmo às formulações de frases que possam comprometer a relação e pode refletir também no aluno.

A exemplo disso, uma experiência de estágio em uma escola municipal de São Paulo, em reunião de pais, uma palavra infeliz e colocada indevidamente pela professora – “moleque”, se referindo ao seu aluno, logicamente filho de um dos pais presente na reunião, causou mal estar e desentendimento que perdurou um mês. O pai para rebater a professora, proibiu o filho de realizar as atividades que a professora pedia além de provocá-la com o terror, sempre a esperando na saída da escola apenas para amedrontá-la. Por fim a professora, num lapso de bom senso, chamou o pai para conversar na escola e se desculpou com ele dizendo não ter tido intenção alguma em ofendê-lo, ou à seu filho. O pai aceitou as desculpas, bem como também se desculpou e tudo se normalizou.

O poder que há entre o “ser pai” e o “ser professor” não deve ser colocado em disputa, devendo a cada um respeitar o espaço do outro, e o papel social que cada um exerce. A experiência nos serve como escola de vivência; pois esta formação não está presente nos currículos acadêmicos.

PERRENOUD (Id, p. 113) deixa bem claro que,

[...] nas relações com os pais, uma das competências maiores de um professor é distinguir claramente o que diz respeito à sua autonomia profissional, assumindo-a plenamente [...]. É importante que o professor saiba situar-se, primeiramente a seus próprios olhos, em seguida aos dos pais. A agressividade aumenta quando ele mantém a confusão ou oscila entre atitudes contraditórias.

Dentro da competência global que o professor deve ter em envolver os pais nas construções dos saberes, o autor (Id, p. 119) esclarece que a competência de um

professor consiste em “conseguir o mais depressa possível a adesão dos pais que lhe parecem a priori refratários à sua pedagogia... sem abandonar os outros”.

É importante que os pais conheçam a maneira como o professor irá trabalhar, com quais conteúdos, com quais materiais ou instrumentos de pesquisa, se eles concordam ou discordam de alguma coisa e por quê. Esclarecer as dúvidas dos pais, aceitar suas opiniões, suas propostas; porém elas não devem ser meramente uma conversa apenas para cumprir papéis, mas, sim, refletidas nas ações dos alunos, apresentando resultados durante o processo formativo do educando; para que os pais possam sentir, através dos trabalhos dos seus filhos, a sua participação e o seu envolvimento.

Outro ponto interessante a ser pensado está no que diz respeito à formação do professor. Segundo Lück (2011, p. 13), o papel do professor não se restringe em “ajudar o aluno na aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, hábitos, atitudes, valores, ideais ou qualquer tipo de aprendizagem ainda não desenvolvida”, mesmo que pessoal ou social. De acordo com a mesma autora, para uma educação integral e humanizada cabe ao professor:

[...] o conhecimento dos processos de desenvolvimento humano, dos processos de aprendizagem, compreensão das influências do ambiente sócio-econômico-cultural sobre o educando, compreensão de e sensibilidade para as diferenças individuais, habilidade em manter um relacionamento humano eficaz, em comunicar-se clara e eficazmente, em resolver problemas de sala de aula, em motivar seus alunos, em selecionar e desenvolver formas de desempenho adequados, em trabalhar cooperativamente, interesse em trabalhar com crianças e em função de suas necessidades. (LÜCK, 2011, p. 14)

Nesse sentido a autora observa que os cursos de formação dos professores deixam esses aspectos vitais para a educação em segundo plano, valorizando muito mais as técnicas e os métodos em seus currículos, quando os primeiros são primordiais para um bom e efetivo desenvolvimento do educando e das relações estabelecidas entre educador e aluno, fortalecendo ou enfraquecendo todo o trabalho realizado. Qualquer mudança no processo de ensino-aprendizagem não ganha significado algum se o professor não tiver uma boa relação com seu aluno, não conhecer seu aprendiz, não conhecer a si mesmo no exame de suas atitudes,

procedimentos, habilidades e conhecimentos que ele deve ter, também, das mudanças e das inovações que ocorrerem durante todo o processo.

Compreender a realidade em que se está inserido é se descobrir capaz de intervir e transformá-la em benefício de si mesmo e do coletivo. Para Maria Teresa Nidelcoff,

[...] a visão que se tem da escola depende da concepção que se tenha do homem e da interpretação que se faça do momento histórico que vivemos. Porém, se se chega a ver o homem como ser criativo que se realiza na medida em que, com sua ação e em comunhão com os demais homens, faz a sociedade avançar, percebe-se claramente que ajudar as crianças a tomar consciência do aqui e agora no qual estão convocadas para criar e expressar-se, passa a ser não apenas a tarefa fundamental da escola, mas aquilo que a justifica como instituição. (NIDELCOFF. 1979, p. 30)

Sendo assim, a autora entende que “o papel do professor é ajudar as crianças a ver e compreender a realidade, expressar a realidade e expressar-se, descobrir e assumir a responsabilidade de ser elemento de mudança na realidade.” (Id, p. 6)

Mas para a real compreensão dessa realidade e do real enfrentamento das mudanças é imprescindível romper com certas amarras e derrubar alguns muros. Por muito tempo vivemos uma concepção de aluno que chegava à escola vazio, em branco, a ser moldado e preenchido. A concepção de professor detentor de todo conhecimento e de todas as respostas, autoridade austera na sala de aula. Ainda hoje é possível encontrar professores que não aceitam encarar seus alunos na condição de não ter ou não saber a resposta a algum questionamento. Esses são alguns dos desafios a serem enfrentados por todos a fim de promover mudanças; são as amarras que precisam ser discutidas e repensadas. ALBUQUERQUE (2005, p. 51) diz que:

[...] A concepção que se tem de Educação sempre se reflete na forma de gestão. Apesar do discurso, o padrão de gestão será revelador das reais intenções, se não houver compromisso. Logo, para mudar um padrão de gestão é preciso que se tenha clareza sobre a natureza da Educação que se deseja, e também que a missão de construí-la seja comprometidamente assumida.

O compromisso é de todos, da família, da escola e da sociedade. Mas esse comprometimento depende, exclusivamente, da abertura que a gestão escolar proporciona às famílias e à comunidade. Essa abertura deve investir na comunicação, na busca por conhecer seu lócus, na sensibilidade de perceber o ser humano que há por trás do profissional, por trás do aluno, por trás dos pais. A mesma autora (Id, p. 50) diz que “muitas escolas adotam um padrão de gestão que as torna centralizadoras e inoperantes, ampliando suas dificuldades”. Ela cita alguns exemplos como:

[...] impedir o aluno de assistir às aulas porque ele não trouxe a carteirinha escolar; porque está sem a camiseta do uniforme [...]; porque se insiste na participação dos pais, porém as reuniões são marcadas em horário incompatível [...].

São escolas que têm o discurso da Educação democrática, mas que na prática diária suas ações são contraditórias e incompreensíveis. Em contrapartida a autora cita exemplos de escolas públicas:

[...] em condições precárias de trabalho, envolverem educadores, alunos, pais e estabelecerem parcerias, ousarem para além dos liames burocráticos e instaurarem um trabalho conjunto, com normas elaboradas e assumidas pelo grupo. [...] escolas que agem e não apenas reagem a mandos externos e, aos poucos, geram resultados: menor índice de absenteísmo de professores e de alunos [...], diminuição na repetência e na evasão por causas endógenas, limpeza e conservação do prédio escolar, espontaneidade da participação dos pais, envolvendo todos pelo sentimento de auto-realização e de crescimento pessoal. (ALBUQUERQUE. 2005, p. 51)

Para que haja uma articulação saudável entre esses três segmentos a escola deve ir ao encontro das famílias e amplificá-lo. A partir daí verifica-se uma aproximação maior do aluno que apreende o interesse da escola em conhecê-lo e compreendê-lo e sente-se acolhido. É papel do gestor da escola assumir suas funções administrativas, organizando, articulando e controlando os recursos humanos, financeiros e materiais; como também é seu papel pedagógico a função de articular compromissos como:

[...] dinamização e assistência aos membros da escola para que promovam ações condizentes com os objetivos e princípios

educacionais propostos; liderança e inspiração no sentido de enriquecimento desses objetivos e princípios; promoção de um sistema de ação integrada e cooperativa; manutenção de um processo de comunicação claro e aberto entre os membros da escola e entre a escola e a comunidade; estimulação à inovação e melhoria do processo educacional. (LÜCK, 2011, p. 17-18).

Faz-se, assim, uma escola democrática, que permite a participação de todos através do envolvimento nos processos educativos, acreditando na capacidade individual e coletiva, promovendo análises críticas e reflexivas de cada um e buscando o objetivo comum que é o bem-estar, a dignidade e os direitos dos indivíduos respeitados. Sendo assim, nessa perspectiva democrática, cada sujeito tem um papel a desempenhar; pois pais, professores, funcionários, alunos, líderes comunitários assumem a sua responsabilidade no campo educacional. Como nos diz Apple,

As escolas democráticas pretendem ser espaços democráticos, de modo que a idéia de democracia também se estenda aos muitos papéis que os adultos desempenham nas escolas. Isso significa que os educadores profissionais, assim como os pais, os ativistas comunitários e outros cidadãos têm o direito de estar bem informados e de ter uma participação crítica das políticas e programas escolares para si e para os jovens. (APPLE, 2001, p. 18)

Dessa maneira, fica claro que todos devem respeitar as opiniões e participações de cada um nos processos de tomadas de decisões, nos debates, nos planejamentos cooperativos, nas discussões do que se pretende para a educação, no compartilhamento das preocupações e interesses das partes.

As pessoas envolvidas com as escolas democráticas vêm-se como participantes de comunidades de aprendizagem. Por sua própria natureza, essas comunidades são diversificadas, e essa diversidade é valorizada, não considerada um problema. (...) essas diferenças enriquecem a comunidade e o leque de opiniões que deve considerar. (APPLE, 2001, p. 22)

A escola, ao assumir uma postura democrática, assume também uma postura política; pois ela estimula o pensar para a ação na realidade, ou seja, a ação

transformadora que fortalece e aquece a autoestima daquele, que antes, se via apenas como o sujeito que não podia questionar e devia aceitar as imposições daqueles que se colocavam como superiores ou por condição econômica melhor, ou por possuir conhecimentos mais apurados devido às oportunidades que lhes foram ofertadas. Isso não significa que todos os problemas serão resolvidos e sim que é possível encontrar soluções viáveis para alguns problemas. Como dizia Paulo Freire:

O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isso reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica.

A professora democrática, coerente, competente, que testemunha seu gosto de vida, sua esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa de ser autenticamente vivido. (FREIRE. 2003, p. 112)

Em estágio realizado em uma escola municipal no segundo semestre do ano de dois mil e treze havia o discurso da Pedagogia do Amor. No entanto, o que se via era uma diretora muito austera, distante, mal olhava nos olhos das pessoas que passavam por ela, fechada em sua sala, não promovendo o diálogo, não comungando pensamentos, ações e entendimentos para um bom ambiente educativo. Os professores, por conseguinte, também não conversavam entre si, não lanchavam juntos; permanecendo em suas salas de aula nos momentos de intervalo, havendo queixas constantes de atitudes autoritárias vindas da direção. A escola, considerada uma escola problema, que só recebe alunos recusados em outros estabelecimentos de ensino por serem extremamente violentos e muito agressivos, com muitas dificuldades de aprendizagem. Sentia a falta de entendimento entre os professores, além de uma grande falta de autoridade por parte dos professores específicos, no sentido de angariarem o respeito e a participação dos alunos em suas atividades, perdendo-se muito tempo em organizar o espaço, em solicitar a disciplina e o silêncio entre eles.

Esta é uma escola que precisa reformular-se, promover discussões sobre suas formas de pensar e agir entre professores-professores, professores-gestão, professores-alunos e professores-famílias. Para que seja praticável esse repensar é inevitável “buscar o sentido das palavras” conforme ALBUQUERQUE (2005, p. 36) nos coloca:

Palavras como “democracia”, “diálogo”, “decisão consensual”, “busca de identidade”, “autonomia” e “participação”, presentes no dizer da escola, têm-se integrado ao cotidiano de nossa vida em diferentes situações. [...] Tomadas nos mais diversos sentidos e empregadas em diferentes contextos [...] como explicar o sentido atribuído [...]? Talvez resida aí um dos entraves para o estabelecimento do diálogo [...]. Penso ser preciso que aqueles que se propõem a exercitá-lo tenham o dom da humildade e a consciência de que o conhecimento da situação do outro é indispensável; que conheçam o lugar e o espaço em que se situa aquilo de que falam [...] e reconheçam que o código comum do qual a palavra se utiliza é insuficiente para abarcar o que “molha nossa palavra”, como diria o mestre Paulo Freire. Sentimentos e emoções valem-se desses códigos [...] de tal forma que se modificam conforme a entonação da voz ou a expressão corporal do interlocutor, ampliando ou enfraquecendo a força do que foi dito.

A comunicação, nessa escola, é um entrave à melhoria das relações, comprometendo o ensino, comprometendo o comportamento e reforçando atitudes que se quer evitar. Se somos modelos de condutas e de valores aos olhos da criança e do jovem, temos que estar atentos a nós mesmos, vigilantes e críticos às nossas próprias ações para que se possa atingir o objetivo proposto que é o avanço do educando.

O fechamento ao mundo e aos outros se torna agressão ao impulso natural da incompletude.

O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História. (FREIRE. 2003, p. 136)

Abrir-se ao diálogo não é tarefa fácil, principalmente para alguém que não pretende dialogar e não vê razão para tal; pois não compreende essa realidade. Um gestor consciente do seu papel tornará essa tarefa um desafio e um trabalho persistente, unindo parceiros que intencionam sua realização e angariando, aos

poucos, aqueles que ainda resistem através das experiências que forem se concretizando pelos envolvidos nessa laboriosa missão.

Assim como no poema Tecendo a Manhã, a relação escola, família e comunidade vai tecendo uma grande rede. Como uma teia que entrelaça seus fios; nessa relação são entrelaçados projetos, planejamentos, processos que implicam a participação de todos com suas escolhas, suas realidades, seus conhecimentos, seus sentimentos e emoções e que pensam a vida com realizações a serem concretizadas de forma plena e feliz. O compartilhamento de cada segmento grita forte como o galo para o amanhecer do futuro que começa agora, na ação individual e coletiva, num esforço entusiasmado e libertador, conduzidos pela harmonia e a alegria de conhecer sempre.

### Tecendo a Manhã

João Cabral de Melo Neto

Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.

De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito de um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,  
se erguendo tenda, onde entrem todos,  
se entretendendo para todos, no toldo  
(a manhã) que plana livre de armação.

A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

## 4 E assim deu certo

Toda ação educativa, tendo sido apropriada significativamente pelo sujeito, multiplica-se em seu meio e ganha amplitude e progresso individual e coletivo inimagináveis.

Apresentar aqui escolas que estão dando certo em parcerias com as famílias e a comunidade é entusiasmante e estimulante; pois comprova a seguinte verdade: é possível, é viável e é desafiador. É trabalho difícil, que exige dedicação intensa e, principalmente, exige crer. Crer no ser humano, na vontade que as famílias e a comunidade demonstram em querer mudar, em querer participar e mostrar que elas também podem contribuir com a escola, assim como a escola pode e deve muito contribuir com as famílias e seu entorno.

Meu primeiro contato com essa realidade foi com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Desembargador Amorim Lima, na região do Butantã, com uma visita de estágio para conhecer a escola.

A escola nasceu em 1956 e passou por vários nomes até chegar ao nome atual em 1968. Em 1996 chega à escola a nova diretora, a Sra. Ana Elisa Siqueira, que promove grandes mudanças, preocupada que estava com a alta evasão dos alunos. Com o objetivo de manter esses alunos na escola o maior tempo possível ela derruba os alambrados do pátio como voto de respeito e confiança por parte deles.

A escola passou a ser aberta à comunidade nos fins de semana e uma boa reforma foi feita nos espaços de convivência visando o bem-estar dos que ali conviviam. A direção passou a ser vista pelos alunos com outros olhos e não mais ameaçador. A frequência dos alunos mudou e os mais velhos passaram a contribuir como monitores em várias atividades fora do horário de aulas. Apoiada pelos pais, que passaram a colaborar também com a escola, esta começa a oferecer atividades extracurriculares. Cada vez mais as famílias foram se

engajando na escola e foram acontecendo grupos de trabalhos voluntários, de organizações de festas e até mesmo de teatro de pais. Essas mudanças foram ganhando visibilidade e proporcionou financiamentos externos e intervenções como a do Instituto Pichon-Rivière e Instituto Veredas, possibilitando a criação de projetos como o Projeto Crer para Ver, da Fundação Abrinq e da Fundação Camargo Correia. Esse projeto tem por objetivo incentivar a participação da comunidade na vida escolar, apoiar e incentivar projetos de gestão democrática e aprimorar práticas educativas no ensino público, partindo da realidade e dos problemas de cada escola.

Em 2002, o Conselho de Escola começou a discutir meios de melhorar o nível de aprendizado e de convivência na escola. Sendo assim, a fim de diagnosticar e de tratar as questões de forma mais direta, foi realizada uma reunião em onze de junho de dois mil e dois, com a presença de cinquenta e dois pais e vinte e um professores, quando se instituiu uma comissão com o objetivo de fazer um mapeamento das condições dos alunos e das aulas: frequência, avaliação, conceitos, etc. A partir disso, alguns problemas centrais foram observados: frequência de professores e alunos e indisciplina. O foco maior das preocupações foi na frequência dos professores, tendo em vista que os outros problemas eram resultados do primeiro.

Na tentativa de encontrar uma solução para tal situação foi percebido uma dissonância entre o texto do Projeto Político Pedagógico e a prática cotidiana na escola. Na dificuldade de resolver a questão, em 2003 foi convidada uma psicóloga, Rosely Sayão, para ajudar a formular critérios de análise da situação. É nesse momento que direção e comissão tomam conhecimento da Escola da Ponte, de Portugal, através de um vídeo apresentado pela psicóloga, o que causou grande impacto; pois foi percebida muita semelhança entre os valores da Amorim Lima e os da Escola da Ponte. E foi nesse impacto que eles vislumbraram a possibilidade de adequar o projeto político pedagógico da escola. Diante disso, o Conselho de Escola convida Rosely Sayão a formular e apresentar uma proposta de assessoria para a implantação do projeto na escola. Com a assessoria aprovada pela Secretaria Municipal de Educação ela se inicia

em janeiro de 2004 a maio de 2005 e nasce uma nova oportunidade de aprendizagem nessa escola.

O Projeto parte de uma comunidade específica e tem por objetivo suprir suas demandas e seus anseios, sempre em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

A partir da aprovação do projeto, as mudanças foram ainda maiores. As paredes das salas foram derrubadas e foram criados dois grandes salões. Em um “Salão” ficam os alunos do Ciclo I (do 1º ao 5º ano) e no outro os alunos do Ciclo II (do 6º ao 9º ano). Esses alunos sentam-se em grupos de até cinco pessoas para realizarem as suas pesquisas em equipe e responderem, individualmente, seus objetivos (Roteiros Temáticos de Pesquisa). Não há aulas expositivas (a não ser as de matemática, inglês e de oficina de texto). Os professores – cerca de cinco ou seis – circulam pelo salão para ajudar os alunos em suas dúvidas e explicar alguns conceitos que se fizer necessário. Apesar dos alunos sentarem juntos em uma mesma mesa não significa que eles desenvolverão as pesquisas de um mesmo roteiro; pois cada aluno decide a ordem em que quer fazer os roteiros. Assim, um estudante pode escolher começar o ano pelo roteiro Biografia e o outro colega da mesa pode escolher começar pelo roteiro Corpo Humano, por exemplo.

Nesse sistema cada aluno tem um educador tutor que se encontra no Salão. Esse, por sua vez, é responsável pela avaliação do progresso do estudante; além de se responsabilizar por cerca de 20 alunos por período. Uma vez por semana, o tutor tem um encontro de cinco horas com seus tutorandos, o que não impede o tutor de ser procurado em outros momentos caso os estudantes tenham dúvidas ou dificuldades.

Ao longo do ano os alunos recebem apostilas com roteiros de pesquisa e cada um deles tem cerca de 18 objetivos (perguntas ou tarefas que devem ser respondidas ou desenvolvidas pelo estudante). Eles são compostos por um tema central; objetivos gerais e específicos; atividades a serem desenvolvidas; fontes de pesquisa e avaliação do educador; além de anexos com introduções às

pesquisas a serem realizadas pelos alunos. Os roteiros e seus objetivos são desenvolvidos a partir dos livros didáticos recebidos pelo estudante, e as perguntas que o estudante deve responder exigem pesquisas em vários livros ao mesmo tempo (Português, Ciências, Geografia, História, etc.), proporcionando a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade.

Ao término do roteiro, o aluno escreve um portfólio com tudo que aprendeu com o roteiro e entrega ao tutor, que avalia se ele pode receber a apostila seguinte, com os demais roteiros. Não há provas. O progresso do conhecimento é avaliado pela qualidade dos portfólios e pela participação do aluno na escola.

Essa forma de trabalho é o objetivo que fundamenta o Projeto da escola promovendo a autonomia moral e intelectual e a responsabilidade, em um ambiente de respeito e solidariedade. Além disso, exige um comprometimento por parte de todos os envolvidos na educação do estudante; exige também práticas de compartilhamentos e atitudes democráticas, produzindo sentido naquilo que se aprende e desenvolvendo a compreensão da cidadania como participação social e política.

Outra exigência que o projeto acaba por propor é a formação contínua do professor, pois o mesmo não age mais solitariamente. Ao contrário disso, sua ação passa a ser múltipla e diversificada, descentralizando o seu papel e não sendo mais o detentor do saber, mas o orientador, o mediador. Essa forma de trabalho demanda do educador a busca constante pelo aprimoramento; é uma nova forma de agir e de ver o aluno que requer, também, a revisão e a ampliação de seus conhecimentos para atender adequadamente aos seus tutorandos.

Um ponto importante a ser considerado é a localização da escola que é privilegiada pelo fato de estar próxima a uma Universidade (USP). Por essa razão, muitos dos pais que compõem a Comissão Escolar são professores, doutores ou especialistas que conhecem seus direitos e sabem como e quando agir para reclamá-los e contestá-los. Por conseguinte, eles auxiliam e esclarecem os pais que não tiveram as mesmas oportunidades de formação.

Outra escola que está dando certo e que a cada dia seus princípios ganham maior amplitude e avançam para a comunidade ativamente é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Campos Salles.

Essa também é uma escola que, nos moldes da EMEF Des. Amorim Lima, buscou mudar radicalmente suas ações e seus valores.

Sua história começou em 1956, antes do início do processo de favelização de Heliópolis. Em 1957 foram construídos galpões, num total de cinco salas e assim a escola foi inaugurada e começou a funcionar. Em 1967 foi inaugurado o prédio de alvenaria com 12 salas e 1000 alunos e, ainda hoje o prédio é o mesmo.

Em 1995 uma nova direção assumiu a escola, começando um processo longo de mudanças contínuas; pois as mudanças nunca acabam diante de uma visão crítica e de superações.

Desde o seu surgimento a EMEF Pres. Campos Salles passou por três momentos importantes. O primeiro momento ocorreu no período de 1957 a 1971 em que a escola se restringia ao atendimento das series iniciais do ensino fundamental. A grande maioria dos alunos vinha do Jardim Patente e São João Clímaco, e seus pais eram trabalhadores das chácaras e olarias da região, sendo muitos descendentes de portugueses e italianos.

O segundo momento se passou no período de 1971 a 1995 em que se iniciou a ocupação desordenada de Heliópolis; uma região com aproximadamente um milhão de metros quadrados, localizada ao sul do município de São Paulo, região do Sacomã, a vinte e cinco quilômetros do centro da cidade. Segundo dados do IBGE (2012), Heliópolis possui 125.000 habitantes, sendo que a grande maioria é de nordestinos. Sua ocupação se deu entre 1971 e 1972 quando a prefeitura de São Paulo retirou 153 famílias de áreas ocupadas na favela da Vila Prudente e Vergueiro, para realização de construções de vias públicas e as acomodou em alojamentos “provisórios” no terreno do antigo IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social), que logo se tornaram permanentes. Outras famílias foram construindo seus barracos, bem como os

trabalhadores da obra do Hospital Heliópolis e do PAM (Posto de Assistência Médica) que estavam sendo construídos pelo IAPAS.

Foi nesse contexto que a EMEF Pres. Campos Salles se tornou a única escola próxima que poderia atender aos novos moradores. Segundo informações de uma antiga professora da escola, a maioria das crianças que chegavam era de 1ª e 2ª série e depois que aprendiam a ler e escrever, eram transferidas para outras escolas que estavam surgindo na região, mesmo que fossem muito distantes, devido a vergonha de se formarem naquela escola. Por essa razão era muito difícil formar uma turma da 8ª série; pois a escola tinha o estigma de “escola dos favelados”, dos marginais e baderneiros.

O terceiro momento da escola vai de 1996 aos dias atuais. Com a chegada do novo diretor, Braz Rodrigues Nogueira, a escola passa por transformações profundas que influenciaram a comunidade e acabou por transformá-la em um “Bairro Educador”.

A escola era cercada por um imenso muro que impossibilitava visualizar seu interior. Ao adentrar a escola o novo diretor se espantou com o espaço privilegiado que ela possuía. Havia 1800 alunos, divididos em quatro períodos. A violência prevalecia na ocasião. Logo no primeiro dia de trabalho o diretor Braz notou uma disputa de poder entre três grupos: uma articulada pela secretária de escola e outra articulada com a ex-diretora da escola que ficou como assistente. Havia, também, chacinas e toques de recolher e por diversas vezes o diretor se perguntava o que estava fazendo ali.

O novo gestor trouxe consigo duas ideias norteadoras do atual Projeto Pedagógico da escola e, pelas suas próprias palavras, “foram ideias que o salvaram enquanto profissional, enquanto sujeito e enquanto educador”. A primeira delas é que “tudo passa pela educação”, como ele mesmo diz “educação é tarefa de toda a sociedade”. A segunda é “a escola como Centro de Liderança atuando articuladamente com as lideranças da comunidade”. Essas duas ideias foram os motores propulsores das mudanças que estavam por vir. A nova gestão acreditava, e acredita, que “a luta da escola com a comunidade não é uma luta só

pela melhoria da qualidade do ensino, mas é uma luta para a efetivação dos direitos das pessoas”.

O diretor Braz passa a observar o dia-a-dia da escola a fim de identificar as dificuldades e problemas mais evidentes e acaba por perceber que um grande enfrentamento que ele vivenciaria eram as faltas frequentes de professores e a dispensa dos alunos em decorrência dessas faltas. Nota-se aqui, que esse problema é o mesmo identificado na EMEF Des. Amorim Lima, o absenteísmo de professores. De acordo com a legislação, Decreto nº 24.146, de 2 de julho de 1987, o professor tem direito a:

Art. 3º - As faltas ao serviço, até o máximo de 10 (dez) por ano, não excedendo a 2 (duas) por mês, poderão ser abonadas por moléstia ou por motivo justificado, a critério da autoridade competente, no 1º (primeiro) dia em que o servidor comparecer ao serviço.

Art. 5º § 2º - Até 6 (seis) faltas por ano a aceitação da justificativa poderá ser feita pela autoridade que cada Secretaria estabelecer.  
[...]

Em reportagem de Paulo Saldaña, do jornal O Estado de São Paulo, de 12 de agosto de 2013, as “faltas de professores aumentam 20% em três anos na escola pública”. A mesma reportagem dizia que, fazendo uma relação entre o total de docentes da rede e o total de faltas registrado em 2012, equivaleria a vinte e oito dias de faltas por ano, por professor. Tais registros impelem a uma discussão séria e preocupante devido ao prejuízo que isso acarreta à educação e ao aluno. Essa situação é um pedido gritante de socorro da escola pública.

Diante do levantamento realizado pelo diretor Braz e partindo de seus princípios, ele começou a procurar parceiros entre alunos, pais, professores e lideranças da comunidade; levando-os a compreender a importância da educação para a qualificação, até mesmo, de outras lutas da comunidade. Com o passar do tempo foi formado um grande grupo e, junto com outras duas coordenadoras pedagógicas, foi montado um curso para pais e lideranças comunitárias denominado “Educação e Cidadania”. O objetivo do curso, desde o seu início, era e é levar os participantes a perceberem que não se faz educação de qualidade sem a participação da comunidade na vida da escola. Nesse curso são

levantadas questões sobre participação, práticas pedagógicas, verbas, direitos dos professores, da comunidade, dos alunos, etc. Ao mesmo tempo, os professores passaram a conhecer melhor o entorno da escola, se inteirando dos seus problemas, das dificuldades das famílias e, portanto, das dificuldades de seus alunos também. O novo gestor entende que para que os direitos das pessoas que vivem no entorno da escola sejam atendidos é preciso que a escola assuma esses problemas como seus também, caso contrário o direito à educação fica comprometido.

Em 1998 o Conselho existente já era bem diferente do Conselho de 1995 que era meramente burocrático; e ao final de um ano de curso foi possível a criação de quatro comissões: a de Limpeza, Conservação e Manutenção do Prédio Escolar; a da Cultura, Esporte e Lazer, a da Relação Escola-Comunidade e a Comissão de Reivindicação.

Nesse mesmo período a escola passou do estigma de “Escola de Favelados” para “Escola da Comunidade”. Em apenas três anos a relação da escola com a comunidade começou a florescer e mudar algumas atitudes e comportamentos. No entanto era apenas o começo. Essa nova denominação se refletiu ainda mais a partir de 1999 em que uma aluna de quinze anos foi assassinada na porta da escola com tiros na cabeça. Uma violência infundada e de banalização da vida. Sentindo-se na obrigação de fazer alguma coisa e não ficar omissos diante dessa banalização o diretor, juntamente com outro professor, buscaram ajuda junto às lideranças comunitárias e em três meses de trabalho a escola mobilizou a comunidade e realizou a Primeira Caminhada pela Paz de Heliópolis e que vem sendo realizada anualmente até hoje e já estão na 16ª Caminhada.

Em 2002, após o roubo de vinte e um computadores de dentro da escola, o diretor Braz percorreu a comunidade dizendo a todos que encontrava pelo caminho que os filhos deles haviam sido roubados e não a escola, pois eles pagavam seus impostos. Após três dias, uma moto e um carro pararam o diretor no meio fio e um rapaz disse-lhe que eles gostariam de devolver os computadores, mas que o fariam na comunidade por medo de devolverem na escola e terem problemas com a polícia. Depois desse episódio a direção derrubou o muro que contornava a

escola porque perceberam que cercá-la não representava segurança alguma, pelo contrário, facilitava a ação dos assaltantes que podiam agir tranquilamente por não poderem ser vistos em seu interior.

Apesar dos princípios abraçados pelo diretor contribuírem para a construção de uma forte relação da escola com a comunidade, não foram suficientes para dar conta das práticas pedagógicas. Por isso a gestão busca por novas propostas de trabalho que atendam a essas necessidades. Foi assim que, em 2004, três professoras apresentaram a Escola da Ponte e suas práticas pedagógicas ao diretor Braz. Mais uma vez essa escola se fez presente no campo das transformações. Apesar dos contextos e das características das escolas serem diferentes, o diretor se colocou aberto às persistências das professoras e conheceu a Escola da Ponte através dos livros que as professoras lhes apresentaram como o de Rui Canário e de Rubem Alves e, também, investigou as mudanças pelas quais passou a EMEF Des. Amorim Lima muito recentemente.

Encarando as necessidades que eram evidentes e fazendo uma análise delas, durante o ano de 2005, uma nova proposta com base nos princípios da Escola da Ponte foi refletida e discutida com o Conselho Escolar e com a comunidade, inclusive com os representantes dos movimentos populares da região, sendo votada e aprovada a experimentação dessa proposta inovadora e iniciada, nos anos de 2006 e 2007, sua transição, mas ainda dentro das antigas salas de aula, capacitando professores e alunos para o trabalho em equipe.

Durante todo o processo de mudança o diretor não deixou de permanecer atento aos resultados dessas modificações e foi percebendo que ainda era preciso fazer alguma coisa. Conversando com alguns professores mais envolvidos com a nova proposta e procurando angariar ainda mais apoio, em 2008 foi decidida a retirada das paredes das doze salas de aula e foram transformadas em quatro grandes salões de estudos sem as tradicionais carteiras enfileiradas, mas agora substituídas por mesas de quatro lugares. Logo foi percebido que a frequência dos alunos aumentou porque os salões abrigam o equivalente a três turmas (trinta e cinco alunos por turma), ou seja, por volta de 105 alunos e no mínimo três

professores por salão. A ausência de algum professor não implicaria mais na dispensa de turmas.

Ao contrário da Amorim Lima que tem seus salões de estudo integrando todas as séries, a Campos Salles manteve os salões por série e realizam suas atividades em grupos de quatro a partir de roteiros de estudo que são elaborados pelos professores de cada disciplina. Os grupos são organizados por nível de dificuldade e cada um trabalha de acordo com seu tempo e seu ritmo, tendo seus limites respeitados.

O trabalho dos professores nos roteiros é feito em equipe, por meio de encontros na própria escola e compartilhamentos via Google Docs (on line), supervisionados pela coordenação pedagógica e direção da escola. Além disso, todos os docentes devem responder dúvidas dos estudantes em todas as áreas do conhecimento relacionadas ao ensino fundamental, ou seja, os professores passam a polivalentes.

Os conteúdos dos roteiros são pautados nas expectativas de aprendizagem propostas pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, juntamente com as necessidades e conhecimentos que a própria comunidade leva para a escola. As aulas não são expositivas e os alunos desenvolvem sua autonomia, responsabilidade e solidariedade enquanto avançam em seus roteiros. Esse trabalho é desenvolvido a partir da bagagem que o próprio aluno traz consigo em relação ao assunto tratado em determinada disciplina; é discutido entre os colegas da mesa e, quando não conseguem solucionar todas as dúvidas entre eles, o professor é chamado a esclarecer e orientar a melhor forma de saná-las. Os professores circulam pelo salão a fim de checar o que os estudantes estão fazendo e atender as demandas do grupo.

Há ainda a sala de monitoria, espaço em que o professor-monitor acompanha de perto um grupo menor de alunos (de 12 a 16 alunos), auxiliando-os não só com as atividades escolares e organização de estudos regulares, como também nas questões de convivência dentro e fora da escola, na resolução de conflitos e até mesmo para conhecer mais do seu aluno e do seu cotidiano.

A sala de orientação é outro espaço em que ocorrem encontros de professores com grupos menores de estudantes quando há a necessidade mais explicações mais detalhadas e orientações mais específicas em relação às tarefas contidas no roteiro de uma determinada disciplina ou de um conteúdo novo. Para os alunos de alfabetização também são desenvolvidos roteiros nos salões, mas é preciso que aconteçam aulas com grupos menores com o propósito de atender as particularidades das práticas de ensino da leitura e da escrita características dessa fase.

Apesar de alguns problemas diagnosticados no início terem sido sanados, como a frequência, por exemplo, a nova forma de trabalho acabou por levantar outra questão a ser pensada: a insegurança dos professores. Essa nova forma de se relacionar com os alunos exigiam dos professores especificidades em determinadas temáticas que não correspondiam à sua formação, principalmente para os professores dos últimos anos do ensino fundamental dois. Acrescenta-se a isso, o ingresso de professores por concurso, transferências de outras unidades, entre outros, que precisavam de adaptação para poder trabalhar com essa inovação. Infelizmente, uma boa parcela de professores da escola não participava das discussões coletivas que aconteciam na JEIF<sup>1</sup>. Essa preocupação levou o diretor, uma equipe técnica, parte dos docentes, do apoio administrativo e do pessoal da UNAS<sup>2</sup> a buscarem parcerias que pudessem assessorar pedagogicamente a escola. Sendo assim, em 2009 a UNAS começa estabelecer seus primeiros contatos com o CENPEC<sup>3</sup> que passa a realizar essa assessoria, tendo como primeira etapa do trabalho conhecer e absorver o projeto da instituição. A próxima etapa seria definir quais eram as prioridades a serem

---

<sup>1</sup> Jornada Especial Integral de Formação. Modalidade de contrato de trabalho dos professores da rede municipal de ensino de São Paulo que prevê um número de horas de trabalho remuneradas fora da sala de aula. Parte dessas horas deve ser cumprida na escola, em reuniões de professores.

<sup>2</sup> União de Núcleos, Associações e Sociedades dos Moradores de Heliópolis e São João Clímaco. Entidade sem fins lucrativos decretada de utilidade pública municipal, estadual e federal de Heliópolis. Por meio de suas ações, procura influenciar na formulação e na implementação de políticas públicas na cidade de São Paulo, que atendam as demandas da população pela efetivação de direitos.

<sup>3</sup> Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Organização da sociedade civil que tem como missão valorizar e fortalecer o ensino público, a educação integral e os educadores que atuam tanto na escola quanto fora dela. Entende que a educação de crianças, adolescentes e jovens é decisiva para a consolidação de uma sociedade democrática, e se desenvolve nas vivências familiar, escolar e comunitária.

trabalhadas e quais seriam os procedimentos mais adequados que viessem a contribuir para atender a carência do projeto que estava em processo de implantação.

Essa intervenção constituía a formação em serviço dos professores e o CENPEC seguiu a linha da perspectiva de Ponte (1998) apud BAROLLI et al (2013, p. 249), para se orientar nessa assessoria, compreendendo que:

[...] a formação, em geral, apoia-se num movimento que é essencialmente de fora para dentro, em que se espera que os profissionais assimilem os conhecimentos que lhe são transmitidos, enquanto que no desenvolvimento profissional, o movimento se realiza de dentro para fora, pois nesse caso cabem aos envolvidos com o projeto curricular as decisões sobre as questões que querem considerar, os projetos que querem empreender e o modo como os querem executar.

Ou seja, nessa perspectiva, os educadores deixam de serem objetos e passam a sujeitos da formação, concebida de forma ampliada na medida em que se realiza em torno de práticas efetivas e que é perspectivada de modo a favorecer o desenvolvimento profissional de todos envolvidos no projeto. Quando um educador, seja ele professor, diretor, ou coordenador pedagógico tem condições de refletir sobre sua prática, procurando respostas para questões sobre como concretizar determinados aspectos de currículo, está fazendo gestão curricular e desenvolvendo-se profissionalmente.

Toda contribuição do CENPEC possibilitou o desenrolar das dificuldades enfrentadas, a discussão da metodologia de trabalho, a problematização dos roteiros de estudo e sua integração com todas as áreas de conhecimento. Alguns dos elementos identificados pela assessoria nos roteiros elaborados pelos profissionais da escola eram as expectativas de aprendizagem que reproduziam as Orientações Curriculares e ao serem transmitidas aos alunos, não correspondiam ao que se desejavam transmitir; além disso, o apoio do livro didático era sem sentido e não colaborava para o desenvolvimento da pesquisa e da reflexão crítica nem para alunos e nem para professores. Diante desses reconhecimentos várias foram as reflexões e discussões sobre as práticas interdisciplinares, a importância do trabalho colaborativo e em equipe, até definirem os roteiros como são atualmente.

Os roteiros contam com os salões de estudos, professores orientadores, salas de orientações de roteiros, sala de leitura, laboratório de informática, quadra de esportes, outros espaços educadores e comissão mediadora de alunos. Todos esses elementos contribuem para o desenvolvimento das competências do estudante dentro dos princípios da escola. A cada quinze dias os alunos recebem o roteiro de estudos e devem ser finalizados para poderem receber o próximo. Eles são compostos por atividades obrigatórias e opcionais para que não haja justificativas à ociosidade. As atividades opcionais só devem ser realizadas após a conclusão das atividades obrigatórias. Cada grupo de alunos tem autonomia para decidir por onde começar; essa decisão não cabe a apenas um indivíduo da mesa (grupo).

Esse projeto educacional é coletivo, democrático e é a manifestação viva do envolvimento das famílias e da comunidade junto à escola. Não significa que as mudanças foram acontecendo naturalmente, mas foram acontecendo através de questionamentos, discussões, anseios por melhorias e por participação social. Mas principalmente, aconteceram pelo olhar crítico e apoio da gestão escolar que não se acomodou com a situação encontrada e buscou envolver a todos.

Mesmo sendo um espaço diferenciado há os que se encaixam perfeitamente na proposta da escola, reconhecendo a qualidade do ensino ali dispensada, como também há os que não concordam ou não compreendem a postura autônoma estimulada e vivenciada. Essa negativa parte tanto de alunos quanto de educadores que não se adaptam ao projeto pedagógico e democrático com vistas à construção do sujeito ativo social e politicamente em uma dimensão solidária e humana.

Apesar disso, não se pode negar que as escolas públicas podem exercer sua autonomia que está prevista em lei. Não é impossível essa realização, mas é preciso ter a consciência de que isso implica novos desafios, novos questionamentos, posicionamento diante das adversidades, humildade, reconhecimento dos limites e das potencialidades, autocrítica e, principalmente, estar atento ao foco da educação: o educando.

A EMEF Pres. Campos Salles não parou por aqui; ela continua se construindo, superando barreiras, transitando entre inovações e acreditando em seu trabalho.

Encerro esse capítulo com o manifesto da 11ª Caminhada Pela Paz de Heliópolis, escrito pelas crianças, jovens e adultos da região e intitulado:

### HELIÓPOLIS: BAIRRO EDUCADOR CONSTRUINDO A PAZ

Era uma vez um lugar distante  
 Onde havia BARRO e alguns BARRACOS  
 Uma família rica e dominante  
 Dizia: nós somos FORTES, eles são FRACOS

Como toda moeda tem dois lados  
 Tecendo a vida como uma artesã  
 Uma MULHER-EDUCADORA percebeu  
 Que a fraqueza de HOJE é a força do AMANHÃ

Juntou-se ao MARIDO, juntou-se aos VIZINHOS  
 Sofreu violência e perseguição  
 Porém nada cala a voz da CONSCIÊNCIA  
 E a RESISTÊNCIA nasce da INDIGNAÇÃO

Quanta LUTA! Quanta GENTE!  
 E como gente é pra brilhar  
 Logo procurou-se a LUZ  
 Para tudo iluminar

O político trouxe uma lanterna  
 De luz tão fraca que logo apagou  
 POUCAS CASAS, SAÚDE DOENTE, MUITO DESCASO E POUCO  
 LAZER  
 POUCAS ESCOLAS E MAL PREPARADAS  
 Pois pra muita gente é perigoso o SABER

Mas foi da FAVELA que veio a luz  
No meio da noite a iluminar  
Era a luz da VELA  
Clareando a morte da MENINA LINDA  
Pra que a chama da VIDA  
Pudesse brotar

Um novo dia trouxe o SOL  
Que para poucos costuma brilhar  
Porém HELIÓPOLIS é CIDADE DO SOL  
E como um GIRASSOL, num giro de dança  
Em sua direção começou a girar

Na CIDADE DO SOL um HOMEM corria  
Olhava, parava, falava e ouvia  
Misturava COMUNIDADE/ESCOLA/FAMÍLIA  
Promovendo uma grande UNIÃO  
Integrou-se à grande ousadia  
Dos que sonhavam que tudo mudaria  
Através da EDUCAÇÃO

Ao invés de desistir e aceitar  
EDUCAR-SE PARA SONHAR  
Ao invés de só sonhar e refletir  
EDUCAR-SE PARA AGIR  
Ao invés de julgar e condenar  
EDUCAR-SE PRA CONSCIENTIZAR  
Ao invés de agredir e odiar  
EDUCAR-SE PARA AMAR  
Ao invés de excluir e separar  
EDUCAR-SE PARA INTEGRAR  
Ao invés de matar ou morrer  
EDUCAR-SE PARA VIVER!

Era uma vez uma FAVELA  
Que acendeu uma VELA  
Depois ficou VELHA  
E num ato de AMOR  
À JUSTIÇA e à IGUALDADE  
Virou COMUNIDADE  
E renasceu bem mais BELA  
Como BAIRRO EDUCADOR

Essa história não acaba, porque tudo é um PROCESSO  
Nos EDUCANDO a perceber que QUEM QUER É QUEM FAZ  
A CIDADE DO SOL que era só uma favela  
Hoje é BAIRRO EDUCADOR CONSTRUINDO A PAZ!

## Considerações Finais

[...] tínhamos presente algumas colocações da Psicologia, da Sociologia e da Antropologia que destacam a importância que, na construção do conhecimento escolar e pessoal, têm a biografia, a construção da subjetividade e os significados culturais com os quais se dá sentido à realidade. Essas referências reclamavam repensar a Educação e a Escola para favorecer a compreensão dos alunos de si mesmos e do mundo que lhes rodeia. Na cultura contemporânea, uma questão fundamental para que o indivíduo possa “compreender” o mundo em que vive é que saiba como ter acesso, analisar e interpretar a informação. Na educação escolar [...] supõe-se que se deva facilitar esse aproveitamento, num processo que começa, mas que nunca termina, pois sempre podemos ter acesso a formas mais complexas de dar significado à informação. O que nos leva a formas mais elaboradas e relacionais de conhecimento da realidade e de nós mesmos. (HERNÁNDEZ. 1998, p. 79)

Ao iniciar esse trabalho considerei alguns questionamentos para reflexão e análise quanto ao papel da família e da comunidade junto à escola e aos educandos diante dos desafios que se apresentam atualmente, bem como a possibilidade de estreitamento da relação entre esses três segmentos com a finalidade de verificar melhorias na qualidade da educação.

Em nenhum momento das pesquisas realizadas a intenção foi apontar fórmulas prontas ou soluções pontuais para que a educação se transforme no ideal de todos nós.

Pelo contrário, essa pesquisa teórica teve por finalidade a desmistificação de que a escola está falida e que é preciso começar do zero para melhorá-la, como algumas pessoas podem pensar. Todas as leituras empreendidas e estágios realizados permitiram verificar que as dificuldades existentes e, muitas vezes, o desinteresse em se enveredar por caminhos mais árduos ou, até mesmo, o desconhecimento de outras formas de gestar a instituição escolar e a educação são apenas entraves; barreiras que devem ser derrubadas, assim como os alambrados e muros das escolas aqui citadas. Além disso, não se joga fora a história, pois ela é a base da edificação do presente e do futuro. É nela que

identificamos os erros e os acertos, o que deve ser revisto e o que deve permanecer ou, talvez, melhorado.

O ponto marcante da pesquisa é único: o repensar. É preciso repensar a escola, repensar a educação, as práticas pedagógicas, a formação profissional, os espaços educativos, os livros didáticos, as metodologias. É preciso reinventar e adequar alternativas.

As escolas estão muito distantes das famílias e da comunidade. Elas estão isoladas do mundo, assim como as pessoas também estão se fechando em suas casas com medo de tudo e de todos. Os espaços se tornaram prisões e, até em alguns casos, prisões de luxo como os grandes condomínios que oferecem tudo aos moradores para que eles acessem o menos possível o mundo exterior.

Recentemente, ao encontrar um vizinho de apartamento, ele relatou que estava de mudança e que vendera rapidamente o imóvel. Agora ele comprou uma casa e, por ser engenheiro, reformou-a toda. A casa é um sobrado espaçoso e arejado no centro do bairro, por isso, para sua segurança e de sua família, ela possui cerca elétrica e monitoramento eletrônico com possibilidades de visualizar os arredores da rua via celular ou tablet, através das câmeras de segurança instaladas no entorno da casa, por dentro e por fora.

Ao imaginar a situação de chegar à própria casa e não ter a tranquilidade de abrir a porta e entrar no aconchego do lar e ao invés disso viver o stress de desconfiar de toda aproximação e temer entrar em casa, circulando a rua novamente, é não reconhecer que estamos todos doentes e precisando de cuidados urgentes.

Esta também é a situação da escola. Mas se a educação contribui para o crescimento do sujeito e sua melhoria como pessoa a escola deveria ser a primeira a estar com suas portas abertas. Cabe à escola estabelecer as relações e realizar as aproximações necessárias através da comunicação. Com a instituição do diálogo inicia-se outro processo: o das discussões relativas ao ensino e aprendizagem, a participação dinâmica, a elaboração de propostas, ou

seja, a constituição de um grupo que debatam e analisam possibilidades de transformações e de compreensão da realidade escolar e comunitária.

A legislação não impede ações inovadoras e democráticas e sim incentiva e dá suporte, creditando protagonismo individual e coletivo à escola e à comunidade; porém ainda é muito apagada, não favorecendo uma aparição mais firme e determinada, como se não houvesse um real interesse nesse sentido.

Por essa razão a escola deve se sobressair, galgar visibilidade positiva e formadora de reais cidadãos, que atuem sobre a vida. Nessa perspectiva a escola deve se comprometer com uma formação integral, valorizando a participação social e política do indivíduo. Afinal o sujeito envolvido com a sua realidade é aquele que tem consciência crítica, autonomia e luta pela garantia dos direitos fundamentais seus e da coletividade. De acordo com SANTIS (2013. p. 108):

A escola é referenciada, em toda a trajetória da Educação Integral brasileira, como o polo catalisador dos processos educativos e culturais engendrados pela sociedade como um todo e como instituição central que deve liderar as ações promotoras de uma educação que a supere. Mas a escola brasileira de hoje ainda se submete a uma estrutura organizacional que muitas vezes a impede de liderar, de fato, processos educativos mais amplos, vinculados aos espaços de vida comunitária. A cultura escolar predominante no país também dificulta a incorporação de um ideário que valorize o saber popular e a participação da comunidade nas escolas. Os programas governamentais que até agora lidaram com a Educação Integral no Brasil realizaram-se em espaços restritos e se configuraram como experiências locais.

A pesquisa realizada mostrou que concretizar essa aproximação da escola com a comunidade e a família é uma experiência difícil, com muitas desigualdades e que ainda está longe de ser alçada pela maioria das escolas. Além disso, as experiências positivas apresentadas nesse trabalho são muito isoladas e percorreram um longo caminho que, ainda, está sendo trilhado, ao mesmo tempo em que está sendo construído por todos. Não há uma direção certa. A única certeza é de que há a necessidade de inovar e de transgredir, rompendo as amarras que ainda prendem a educação a um sistema inoperante e cada vez mais impraticável.

*Como fazer o sonho coletivo?*

Maria de Lourdes M. V. Andrade

Não há solução individual

porque educação

é trabalho de todos.

Até quando vamos discutir?

- sempre!

Queremos ser coletivo, nossa força é isso:

sermos “junto”.

## Referências

- ALBUQUERQUE, Helena M. de P. *Gestão, projeto pedagógico e compromisso: compartilhando saberes*. In: Helena Machado de Paula Albuquerque; Maria Anita Viviani Martins. (Org.). *Fazendo Educação Continuada*. 1ªed. São Paulo: Avercamp, 2005, v. 01, p. 049-091.
- APPLE, Michael, BEANE, James (org.). *Escolas democráticas*. São Paulo: Cortez, 1997.
- BAROLLI, Elisabeth et al. *Projeto Heliópolis: explicitação de expectativas de aprendizagem e construção de roteiros de leitura em contexto de inovação pedagógica*. *Cadernos Cenpec*[Nova série, [S.l.], v. 2, n. 2, Set. 2013. ISSN 2237-9983. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/193/221>>. Acesso em: 28 Out. 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- \_\_\_\_\_. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96*. Brasília: 1996.
- CASTRO, Celso (Org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005
- CUNHA, Eugênio. *Afeto e Aprendizagem: Relação de amorosidade e saber na prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Wak, 2008.
- EMEF Desembargador Amorim Lima. *História e Projeto Político Pedagógico*. Disponível em <http://amorimlima.org.br/>. Acessado em 27/08/2014.
- EMEF Presidente Campos Salles. *História e Projeto Político Pedagógico*. Disponível em <<http://campossalles.wordpress.com/>>. Acessado em 21/07/2014.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 27ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GADOTTI, M. *Escola cidadã*. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- HERNÁNDEZ, Fernando. *Os projetos de trabalho e a necessidade de mudança na educação e na função da Escola*. In: *Transgressão e mudança na educação*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Monteserrat. *Os projetos de trabalho: uma forma de organizar os conhecimentos escolares*. In: *A organização do currículo por projetos e trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HOHMANN, Mary; WEIKART, David P.. *O Envolvimento das Famílias nos Ambientes de Aprendizagem pela Ação*. In: *Educar a Criança*. Trad. Helena

Águeda Marujo e Luís Miguel Neto. 2ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de S.; FRANCO, Francisco Manoel de M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUNTER, James C.. *O Ambiente*. In: O Monge e o Executivo: uma história sobre a essência da liderança. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

LIBANEO, J.C. OLIVEIRA, J.F. TOSCHI, M.S. *A educação escolar pública e democrática no contexto atual: um desafio fundamental*. In: \_\_\_\_\_. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNIO, José C. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LOUZADA, Ana Maria Gonçalves. *Evolução do conceito de família*. Revista da Escola da Magistratura do Distrito Federal, Brasília, Número 13, página 11 – 23, 2011.

LÜCK, H. *A escola como sistema e a divisão de trabalho*. In LÜCK, H. Ação integrada – Administração, Supervisão e Orientação Educacional. 23ª Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em < [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf) > Acessado em 19/07/2014

MENESES, J. G. de C. *O Lugar do Aluno na Escola*. In: FURLANETTO, E. C.; MENESES, J. G. DE C.; PEREIRA, P. A. A Escola e o Aluno: relações entre sujeito-aluno e sujeito-professor. São Paulo: Avercamp,. 2007.

NILDECOFF, Maria Teresa. *A escola e a compreensão da realidade*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

NOVA ESCOLA. *Buscar uma boa relação com a comunidade é o papel da escola*. In: Escola e comunidade. Disponível em < <http://gestaoescolar.abril.com.br/comunidade/buscar-boa-relacao-comunidade-papel-escola-519456.shtml> > Acessado em 21/04/2014.

NOVA ESCOLA. *Família, escola e valores morais*. Disponível em < <http://www.youtube.com/watch?v=LAZN8h0OxJs> >. Acessado em 05 nov 2013.

NOVA ESCOLA. *O relacionamento entre pais e escola*. In: Escola e comunidade. Disponível em < <http://gestaoescolar.abril.com.br/comunidade/como-voce-participa-educacao-seu-filho-493551.shtml> > Acessado em 21/04/2014.

NOVA ESCOLA. *Que relação deve existir entre família e escola?* In: Escola e comunidade. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/pais-sao-desinteressados-pela-educacao-filhos-493539.shtml>>. Acessado em 21/04/2014.

PACHECO, José. *Escola da Ponte: formação e transformação da educação*. Petrópolis, RJ: 4ª. ed. Vozes, 2011.

PERRENOUD, Philippe. *Informar e envolver os pais*. In: Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIRES, José Herculano. *Pedagogia Espírita*. EDICEL, 2008.

SALDAÑA, Paulo. O Estado de São Paulo. *Faltas de professores aumentam 20% em três anos nas escolas paulistanas*. 12 agosto 2013. Disponível em <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,faltas-de-professores-aumentam-20-em-tres-anos-nas-escolas-paulistanas-imp-,1063126>> Acessado em 30/10/2014.

SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker. *As crianças vivem a vida*. In: Freinet: Evolução histórica e atualidades. São Paulo: Scipione, 2007.

SANTIS, Marília. *A Caminhada da Paz de Heliópolis*. IX Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares: história e atualidade do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. PROGEPE/UNINOVE, 2013

SÃO PAULO (Município). 1987. Secretaria Municipal de Gestão Pública. *Decreto nº 24.146 de 02/07/87*. Disponível em <<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/supervisao/Anonimo/Favoritas/DECR ETO%2024.146.htm>>. Acessado em 30/10/2014.

SILVA, Marcus Vitoi. *Crônicas do cotidiano familiar: relações com a escola*. Juiz de Fora, FEME, 2007.

TEIXEIRA, Maria Cristina. *O direito à educação nas Constituições brasileiras*. In: Revista do Curso de Direito, Vol. 5, No 5. Faculdade de Humanidades e Direito. Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo: 2008. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/viewFile/464/460>> . Acessado em 11/10/2014.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>> Acessado em 20/10/2014

UNESCO, MEC. *Interação Escola-Família: subsídios para práticas escolares*. CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. (orgs). Brasília, 2009.

VIEIRA, Sofia Lerche. *A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto*. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Vol. 88, Nº 219. INEP/MEC, p. 291 – 309. Brasília, maio/agosto, 2007.

VILLAS-BOAS, M. A. *A relação Escola-Família-Comunidade inserida na Problemática da Formação de Professores*, Universidade de Lisboa. Disponível em <<http://www.educ.fc.ul.pt/recentes/mpfip/pdfs/adelinavillasboas.pdf>> Acessado em 10/06/2014.